

PREFÁCIO

UM VALIOSO CONTRIBUTO PARA O DEBATE SOBRE AS RESPONSABILIDADES HISTÓRICAS

É com o maior gosto que, a convite do Dr. Arlindo Isabel, Director da Mayamba Editora, a quem aproveito expressar a minha mais sincera gratidão, prefacio o ousado livro do insigne médico e político camaronês Daniel Yagnyè-Tom. Assumo esta pesada mas nobre missão com sentido académico, na tentativa de perceber os contornos reflexivos desta obra cujo alcance remete-nos para a busca de causas primeiras ou causas últimas, como nos ensinaram os clássicos do Mileto.

Por que razão o reconhecimento dos crimes graves cometidos contra a África, crimes que continuam a comprometer de modo duradouro o seu futuro, devem ficar como simples declarações sem serem seguidos de outras consequências concretas, como foi o caso do Holocausto dos judeus, por exemplo? Esta questão que conduz a reflexão de Daniel Yagnyè-Tom, neste seu corajoso livro “O Contencioso Histórico”, associa-se a dois anteriores publicados em 2004 e 2009¹, em França, pela Editora Harmattan. A comparação é porventura excessiva. Mas o objectivo, suponho, é o de nos fazer pensar nas responsabilidades históricas, e, nesse sentido, é bom e ganha em ser esmiuçado.

Como reconhece Sousa Lara (2002), o colonialismo², sobretudo o de origem europeia das duas ondas principais, renascentista e novecentista, deixou marcas definitivas no progresso histórico dos povos nele envolvidos³. De facto, “se a história colonial, particularmente do século XIX, foi a história da apropriação do mundo pelas potências europeias e pelos Estados Unidos da América (EUA), a história do século XX testemunhou uma revolução mundial dos povos para a reconquista do controlo da sua própria história e espaço”⁴.

Os estudos pós-coloniais são em si mesmos o produto dialéctico destes complexos movimentos anticoloniais, fortemente marcados por um nacionalismo que conjuga a marca diaspórica dos seus líderes de formação cosmopolita e as tradições indígenas e pelo objectivo da libertação política que conduziu ao movimento reestruturante do mundo contemporâneo que foi a descolonização. Mas a libertação política não trouxe a libertação económica, condicionando a efectiva libertação política. Desde logo, elucida Calafate Ribeiro (2004), instalaram-se sistemas de neocolonialismo⁵,

¹ Daniel Yagnyè-Tom é, também autor de *l'UPC face au Marasme Camerounais: l'Esprit d'Avril à la Rescousse!* Colecção Religions en Questions (2004) e *Afrique 1/2 siècle d'Indépendances piégées: Cas du Cameroun et de la République Démocratique du Congo*, Colecção Points de Vue Concrets (2009), da Editora HARMATTAN.

² No seu livro que continua a fazer carreira, o Professor Adriano Moreira, considera que a colonização traduz-se sempre na imposição de um poder superior alienígena sobre um povo e seu território, com um sistema cultural diferente, em regra de etnia diferente, e um projecto político diferente. A relação que se estabelece, além do domínio político pelo colonizador, implica que este leve eventualmente o capital e a técnica e exija a terra e o trabalho dos nativos. Este processo de expansão, que esteve sempre presente na história dos povos, é normalmente determinado pelo exclusivo interesse do colonizador, que procura novos espaços, ou novas matérias-primas, ou novos mercados, ou apoios estratégicos. Cfr. Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1996, pág. 438 (*apud*, Santos, 2015).

³ António de Sousa Lara, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2002, págs. 53-54.

⁴ Margarida Calafate Ribeiro, “Seminário de Pós-colonialismos no Espaço de Língua Oficial Portuguesa”. Programa de Mestrado e Doutoramento em Pós-Colonialismo e Cidadania Global, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal, Ano Lectivo 2004-2005, (<http://www.ces.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismo/seminario/poscolonialismo/seminario1.pdf>, Consult. 02NOV2015).

⁵ O Professor António de Sousa Lara considera o “neocolonialismo” como um regime de natureza informal, que continua a supremacia de facto de um determinado país sobre outro que já acedeu, juridicamente, à sua independência. Muito embora o neocolonialismo seja frequentemente utilizado por uma antiga metrópole sobre as suas antigas colónias, não é imperioso esse figurino. Pode acontecer, e acontece muitas vezes, que essa antiga potência seja

considerados pelo líder ganês, Kwame Nkrumah (1965)⁶ como a pior forma de imperialismo⁷: para aqueles que o praticam, significa poder sem responsabilidade e para aqueles que dele são vítimas significa exploração sem reparação⁸.

Importa, pois, esta dimensão contemporânea, sob pena de o “contencioso histórico” se ver baseado numa estranha responsabilização colectiva não compreensível: ninguém é responsável pelos actos dos outros, ainda que estes tenham sido seus antepassados. Pior, abrir-se-ia um precedente curioso: seriam os norte-americanos os responsáveis pela colonização dos EUA e não os britânicos, visto que estes ficaram na Grã-Bretanha? Seriam os australianos e não os britânicos os responsáveis pela colonização da Austrália, pelas mesmas razões? E, por aí adiante, sempre no quadro maior de uma “responsabilidade colectiva” para a qual se não vislumbra solução. Excepto se o relacionamento continuar, como tantas vezes é o caso, no presente.

Talvez seja útil entender a especial relação de dominação que existe entre a Bélgica e o Congo-Kinshasa⁹ ou, sobretudo, entre a França e algumas das suas ex-colónias, como a Côte d’Ivoire, o Benim, o Burkina Faso, os Camarões, o Congo, o Tchad, o Gabão, o Mali, o Níger, a República Centro-Africana, o Senegal ou o Togo, com várias intervenções militares e económicas abertas, de certa forma violadoras da soberania dos respectivos Estados e que põem em risco o seu futuro. Trata-se, *lato senso*, de tentar compreender as causas remotas das intervenções periódicas do Ocidente em África, sobretudo francófona e anglo-saxónica (Zimbabwe), assim como os princípios do funcionamento da Zona do Franco (CFA), os acordos de cooperação monetária, a composição dos Conselhos de Administração dos Bancos Centrais Africanos...

Daniel Yagnyè-Tom convida-nos a reflectir sobre esta problemática, ao mesmo tempo que centra o seu estudo naquilo que apelida como “Contencioso Histórico”, procurando, no caso dos Camarões, recordar e responsabilizar as antigas potências colonizadoras, a França e a Grã-Bretanha, bem como denunciar pública e fortemente a constante complacência dos próprios camaroneses.

Mais do que simples repositório da história, o Contencioso Histórico esforça-se em mostrar que “os crimes dessas potências coloniais estendem-se pelo período colonial mas também após a ‘independência’”. Antes da independência aqueles devem ser assumidos pelo único poder colonial que exerceu o seu império com um punho de ferro nos territórios considerados. Depois da independência, esses crimes também lhes são atribuídos, porque foram perpetrados através da sua prevaricação, conivência e presença activa, ao lado de alguns líderes africanos que são apenas criações suas. Mas também são imputáveis aos próprios líderes africanos, colaboradores com pleno

substituída na relação neocolonial por outra potência sem qualquer tradição de dominação histórica relativamente ao Estado mais fraco (Lara, 2002: 89).

⁶ Kwame Nkrumah, *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. London: Heinemann, 1965, pág. XI. (*apud*, Ribeiro, 2004).

⁷ A expressão “neocolonialismo” é muitas vezes utilizada como sinónimo de “imperialismo”. De facto, trata-se, em ambos os casos de fenómeno da mesma natureza. Todavia, o imperialismo pressupõe, num entendimento genérico, uma atitude mais ampla, de domínio factual e multifacetado sobre uma pluralidade de Estados mais fracos. Assim, é indiscutível que os nossos tempos tenham existido o imperialismo soviético, o imperialismo chinês, o imperialismo norte-americano, qualquer deles utilizando fórmulas que coincidem com as usadas no neocolonialismo (Lara, Op. Cit., Idem).

⁸ Fica, então, evidente que o colonialismo e o imperialismo não se desvaneceram com a quebra dos laços políticos entre colonizados e colonizadores. As novas nações continuam presas na rede da dependência económica e financeira que constitui o núcleo central quer do colonialismo como do imperialismo e que dificulta seriamente o seu desenvolvimento, não se antevendo uma saída para esta ordem internacional no médio prazo. Cfr. Silvestre dos Santos, “Colonialismo e Imperialismo”. Lisboa: Revista Militar n.º 2559 - Abril de 2015, págs. 271-291 (http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=1015, Consult. 02NOV2015).

⁹ Ex-Zaire, actual República Democrática do Congo (RDC).

conhecimento da ordem neocolonial que estava a ser estabelecida”. Há que nunca o esquecer, como o Autor sublinha aqui e ali no seu livro.

Deste modo, acresce o Autor, “é tempo de os políticos dos Camarões e de outros lugares da África pararem de atropelar a memória dos heróis que morreram pela independência, das populações que foram massacradas quando reivindicavam os seus direitos mais naturais, e comecem a exigir o reconhecimento público pela França dos seus crimes, acompanhado por uma reparação substancial”. Esta perspectiva, argumenta ainda o Autor, não tem nada de ilusório, uma vez que, embora timidamente, diversos governantes franceses, com destaque para Jacques Chirac (2001)¹⁰ e François Hollande (2015)¹¹, não excluem essa eventualidade. Não haverá aqui alguma generalização, por detrás de argumentos válidos? As posições de Chirac e Hollande não esvaziam de conteúdo uma crítica legítima que assim se perde?

Como o próprio Daniel Yagnyè-Tom sublinha e bem, o problema tem duas faces, e uma delas é doméstica. Perante o “desdém e condescendência” da França “em relação aos seus crimes nos Camarões e noutras regiões da África Negra”, o Autor nota que “os políticos e intelectuais africanos da África francófona em geral, e camaroneses em particular, parecem fazer pior do que a França, “porque têm medo da nossa história, manifestando uma grande reticência em tratá-la, ao mesmo tempo que apresentam uma falta de interesse para com os ideais pelos quais muitos patriotas africanos morreram”.

Daniel Yagnyè-Tom alerta para importância de preservar e perenizar a memória histórica dos nossos *Bakulu* ou antepassados que lutaram pela afirmação da identidade nacional. Torna-se, por isso, fundamental conservar a memória colectiva africana e nacional, sendo certo que, como afirma Conceição Neto (2015), “a perda dos testemunhos de protagonistas dos acontecimentos que não registamos, o desaparecimento de tradições orais que não recolhemos, o descuido com documentos que não arquivamos, são irreparáveis¹². Tal como deixei escrito (2013 e 2014), no legado do Professor Políbio Almeida (1990), “a história não constitui um passado morto”¹³. Ao contrário, “reaparece, revive, reafirma-se nos padrões de conduta. Essa ligação passado-futuro é condição fundamental para o futuro-presente e um dos grandes princípios que orientam o poder”¹⁴. O estudo do Contencioso Histórico, mesmo se ele tivesse só esse propósito, já estaria, porventura, plenamente justificado, mas há muito mais do que isso. Há o presente, quantas vezes?

Além de nos ajudar a compreender o contencioso histórico que opõe a França, a antiga potência colonial, aos Camarões, apresentado como um Estado vassalo do primeiro - porque nascido de uma descolonização falhada propositadamente, de que a França é a principal responsável -, dá-nos a conhecer sobre diversos acontecimentos que moldaram o passado e influenciam o presente e o futuro político, económico, social e cultural das ex-colónias francesas tais como: o Benim (antigo

¹⁰ Cfr. Comentários do então Presidente francês Jacques Chirac durante a Cimeira França-África realizada em Janeiro de 2001, nos Camarões. Jornal *Le Monde*, 13 de Fevereiro de 2007, citados pelo Autor.

¹¹ Cfr. Declarações do Presidente francês François Hollande, durante a sua visita aos Camarões no dia 3 de Julho de 2015, citadas pelo Autor.

¹² Maria da Conceição Neto “A memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano”, Comunicação apresentada no V Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), subordinado ao tema principal “Angola 40 Anos de Independência: Memória, Identidades, Cidadania e Desenvolvimento”, realizada em Luanda, nos dias 29 e 30 de Outubro de 2015.

¹³ Políbio F.A. Valente Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Pequenas Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 1990, pág. 1998.

¹⁴ Miguel Domingos Bembe, *Mecanismos de Partilha do Poder e Acomodação das Elites: Modelo e Processo para o Enclave de Cabinda*. Coleção Estudos Políticos e Sociais, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2014, págs. 13-14 (*apud*, Almeida, 1990).

Dahomey), o Congo, o Mali (antigo Sudão francês), o Níger, o Senegal, o Togo. Por outro lado, destaca as intervenções militares francesas no Tchad desde 1968; os eventos ocorridos em Fevereiro de 1964 no Gabão; a reiterada ingerência francesa desde 1946, nos assuntos internos da República Centro-Africana, de Barthélémy Boganda (fundador do país); ou ainda a acção da França contra a Côte d'Ivoire de Félix Houphouët-Boigny, devido às estreitas relações económicas com o Burkina Faso (antigo Alto Volta). Importa decerto demonstrar, especialmente, esta última acusação, pois ela não é tão evidente. Talvez em trabalhos futuros o Autor o faça... esperemos que sim. Para evitar que a crítica mordaz que faz se transforme em mero acto de desresponsabilização dos actuais líderes, deslocando as responsabilidades para os antepassados de quem ainda não estava nascido que por acaso sejam descendentes dos antigos colonizadores – muitos deles hoje também ascendentes dos nacionais das antigas colónias. A atribuição de responsabilidades é uma questão básica de justiça, importando por isso mesmo sabermos a quem a atribuir. Pois de contrário, virar-se-á contra nós próprios ao mesmo tempo que nos desresponsabiliza e nos torna em meros objectos sem agenda própria.

Para pôr a nu a complexidade da questão, reflectamos com um exemplo que nos é próximo e apontado pelo próprio Autor. Angola jogou um papel preponderante e pagou um preço muito alto para que a Namíbia alcançasse a independência em 1990; assim como, para que fosse vencido o regime do *apartheid* instituído na África do Sul em 1944. Esta é uma leitura consensual. Mas deverá, por isso, Angola exigir reparação à actual liderança da África do Sul? Tal como no caso do Brasil em relação a Portugal? Não é evidente que assim deva ser feito, no quadro traçado pelo Autor. Mas vale a pena pensá-lo, certamente. Ponderando-a no quadro de outra hipótese: fará sentido que os portugueses exijam reparações da Itália, pelas depredações levadas a cabo nos seus territórios e populações pelo Império Romano? Ou pode o Cazaquistão, ou podem os Bálticos, por exemplo, exigir reparações a Moscovo pela conquista e ocupação do Estado de que a Federação Russa é sucedânea, a URSS? Estes são pontos de tratamento difícil que ficam em aberto, mas que o trabalho suscita.

Nada disto, obviamente, derroga no seu valor intrínseco, enquanto uma tomada de posição política e uma chamada de atenção. Deste modo, o livro do Dr. Daniel Yagnyè-Tom, ainda que agora seja do público, faz parte do nosso acervo, reunindo matérias que não podem deixar de entusiasmar e, ao mesmo tempo, preocupar os que se interessam pelo passado-futuro e o futuro-presente dos países e continente africanos. Com a sua publicação na Colecção *Biblioteca da História*, a Mayamba Editora cumpre um dever patriótico cardeal: valorizar a criatividade imaginativa e abrir o debate. A sua leitura é um prazer. Que muitos sejam os que o leiam. E que dele derivem as implicações que as propostas do Autor suscitam. É pela via do contraditório que equilíbrios e responsabilidades presentes se encontram.

Centralidade do Kilamba, em Luanda, aos 02 de Outubro de 2015.-

Miguel Domingos Bembe

Doutor em Ciência Política e Mestre em Estratégia pelo ISCSP-Universidade de Lisboa
Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto
Conselheiro da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores de Angola